



Rfb
Editora

GOLPE MILITAR

MEMÓRIAS DE UMA DITADURA

HUGO FIGUEIREDO MOREIRA
MICHAEL DOUGLAS SOUSA LEITE
VINÍCIUS CAMPOS DE FRANÇA
SANDRA MAIJANE SOARES DE BELCHIOR
VERÔNICA CRISTIAN SOARES DE BELCHIOR
WENDELL DE ALMEIDA LACERDA
LAERTE FERREIRA DE MORAIS FRANÇA
EDJAIR RAIMUNDO DE MELO
RAFAEL EDUARDO INACIO DO NASCIMENTO
JÚLIA MARCIA LOURENÇO DE ALMEIDA MARTINS MEDEIROS
JARDENIA MAYARA DA SILVA NOGUEIRA

A stylized map of Brazil is shown in the background, with its state boundaries outlined in a light gray color. The map is set against a dark gray background that covers the bottom and right sides of the image. The title text is overlaid on the map.

GOLPE MILITAR

MEMÓRIAS DE UMA DITADURA

Hugo Figueiredo Moreira
Michael Douglas Sousa Leite
Vinícius Campos de França
Sandra Maijane Soares de Belchior
Verônica Cristian Soares de Belchior
Wendell de Almeida Lacerda
Laerte Ferreira de Moraes França
Edjair Raimundo de Melo
Rafael Eduardo Inacio do Nascimento
Júlia Marcia Lourenço de Almeida Martins Medeiros
Jardenia Mayara da Silva Nogueira

Volume 1

GOLPE MILITAR: MEMÓRIAS DE UMA DITADURA

Edição 1

Belém-PA



2021

<https://doi.org/10.46898/rfb.9786558890331>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G628

Golpe militar: memórias de uma ditadura [recurso digital] / Hugo Figueiredo Moreira, Michael Douglas Sousa Leite, Vinícius Campos de França, Sandra Maijane Soares de Belchior, Verônica Cristian Soares de Belchior, Wendell de Almeida Lacerda, Laerte Ferreira de Morais França, Edjair Raimundo de Melo, Rafael Eduardo Inacio do Nascimento Júlia Marcia Lourenço de Almeida Martins Medeiros, Jardenia Mayara da Silva Nogueira. -- 1. ed. 1 vol. -- Belém: RFB Editora, 2021.

1.272 kB; PDF: il.

Inclui Bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN: 978-65-5889-033-1

DOI: 10.46898/rfb.9786558890331

1. Ditadura Militar. 2. Pesquisa. 3. Estudo.
I. Título.

CDD 306.2



Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros digitais de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Copyright © 2021 da edição brasileira.
by RFB Editora.

Copyright © 2021 do texto.
by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

Obra sob o selo *Creative Commons*-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA (Editor-Chefe).

Prof.^a Dr.^a. Roberta Modesto Braga - UFPA.

Prof. Me. Laecio Nobre de Macedo - UFMA.

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida - UFOPA.

Prof.^a Dr.^a. Ana Angelica Mathias Macedo - IFMA.

Prof. Me. Francisco Robson Alves da Silva - IFPA.

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Gomes Souza - UFPA.

Prof.^a Me. Neuma Teixeira dos Santos - UFRA.

Prof.^a Me. Antônia Edna Silva dos Santos - UEPA.

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa - UFMA.

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho - UFSJ.

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti - UFPE.

Diagramação:

Danilo Wothon Pereira da Silva.

Arte da capa:

Pryscila Rosy Borges de Souza.

Imagens da capa:

www.canva.com

Revisão de texto:

Os autores.



Home Page: www.rfbeditora.com.

E-mail: adm@rfbeditora.com.

Telefone: (91)3085-8403/98885-7730.

CNPJ: 39.242.488/0001-07.

Barão de Igarapé Miri, sn, 66075-971, Belém-PA.



A pior democracia é preferível à melhor das ditaduras.

Ruy Barbosa de Oliveira



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRICO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL	15
2.1 GOULART E A QUEDA DA SEGUNDA REPÚBLICA.....	17
2.2 AS DIVISÕES DENTRO DOS OFICIAIS	19
2.3 TORTURA.....	21
3 O GOVERNO MILITAR	23
3.1 RELAÇÕES EXTERIORES.....	24
3.2 ENVOLVIMENTO DOS ESTADOS UNIDOS	26
3.3 ADMINISTRAÇÃO DE GEISEL, DISTENSÃO E O CHOQUE DO PETRÓLEO	29
4 MEMÓRIAS SOBRE A DITADURA MILITAR.....	33
4.1 BALANÇO DOS MORTOS NOS CONFLITOS ENVOLVENDO A DITADURA.....	37
4.2 A DITADURA NA ATUALIDADE.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXOS	52
SOBRE OS AUTORES.....	52
ÍNDICE REMISSIVO.....	55



APRESENTAÇÃO

Este Livro trata-se de um trabalho que trata das memórias a respeito das principais características sobre a ditadura militar no Brasil e em especial na cidade de Cajazeiras na Paraíba. Os dados foram extraídos por meio de questionário estruturado aplicado no ano de 2016. Além disso, buscou-se uma base de conhecimento da história recente do nosso país. E, também, proporcionar, uma avaliação crítica e ter parâmetros para opinar sobre autoritarismo. Sendo as ideias formadas no dia a dia da percepção do atual sistema político brasileiro terá conclusões que a formação educacional de qualidade é a base do aperfeiçoamento da democracia. O livro mostra que a ditadura no Brasil se iniciou no debate de duas ideias vindas da União soviética e dos Estados Unidos, além disso, ficou evidente que a ditadura, produziu sequelas que são sentidas até hoje pelo povo brasileiro, sobretudo pelos mais pobres, moradores de periferias e negros, em quem recai a repressão de uma das polícias mais violentas do mundo. Desse modo o cruzamento das várias memórias permite refletir acerca dos pontos cruciais que se analisou no decorrer desse livro, o que se trouxe uma melhor compreensão do Brasil na ditadura e a influência da mesma nos dias de hoje.



CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

A edição do Ato Institucional Nº 5 (AI 5) vem consolidar o clima de exceção que marca a vida da sociedade brasileira, governada por grupos políticos, sob o comando dos militares, gerando uma situação de exercício unilateral do poder (KOIFMAN, 2002; ZANINI, 2007). Este artefato institucional revela a operacionalização de um conjunto de ações, entre essas ações o fechamento do congresso, o impedimento de manifestações populares sobre qualquer assunto político, o fim das eleições para escolha dos dirigentes sindicais e o controle estatal destes organismos (ARAÚJO, 2006).

Além disso, o AI 5 concede ao governo a prerrogativa de aplicar sanções aos cidadãos, como a prisão e a restrição das liberdades individuais sem a devida aprovação do Judiciário. Isso institucionalizou efetivamente a repressão no Brasil, e as ocorrências de cárcere privado e de tortura ganham aval legal, retirando os direitos civis (ZANINI, 2007).

Esse cenário começa a ser montado com o golpe militar de 1964, liderado pelas Forças Armadas e por grupos civis conservadores que se sublevam contra o governo democraticamente eleito do presidente João Goulart. O desmonte desse quadro começa, em 1985 quando José Sarney¹ assumiu o cargo de presidente (ARAÚJO, 2006).

O presente livro se justifica pela dificuldade de fixar apenas um fator para explicar por qual motivo teve início a ditadura militar no Brasil. Podemos, no entanto, falar de uma série de fatores. Além disso, na busca de uma base de conhecimento da história recente do nosso país. E, também, proporcionar, uma avaliação crítica e ter parâmetros para opinar sobre autoritarismo e outras formas de governo.

Nesse contexto, a construção desse livro teve por objetivo a realização de uma investigação a respeito das principais características da ditadura militar no Brasil através da descrição do contexto histórico, político e social elaborada pelos entrevistados que, ao construírem seus relatos e memórias vão revelando impressões e compreensões acerca de ventos como a censura, a tortura de presos políticos e as características do movimento de 1964.

A elaboração teve como orientação metodológica a realização de um estudo observacional exploratório, qualitativo, com análise descritiva. Desse modo, no estudo em que a estratégia de observação da população é do tipo observacional, o investigador consegue informações e utiliza-as na obtenção de determinados aspectos da realidade,

1 O presidente José Sarney, integra, na condição de vice, a chapa encabeçada por Tancredo Neves que, em 1985, após a derrota, no Congresso Nacional, da Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para Presidente da República, é escolhido pelo Colégio Eleitoral para governar o país. Tancredo é o primeiro civil escolhido, ainda que de maneira indireta, para presidir o país, depois do golpe militar de 1964. Antes de assumir, porém, Tancredo Neves morre e o Congresso Nacional garante a posse do vice (KOIFMAN, 2002).

não controlando nem a exposição nem a designação dos indivíduos, lançando mão de uma situação dada e verificando os resultados sem intervenção (MEDRONHO, 2009).

O cunho exploratório designa uma maior familiaridade do pesquisador com o problema, fornecendo uma visão mais abrangente do fato com o intuito de aprimorar conceitos e ideias. E o cunho descritivo tem como finalidade a descrição do fenômeno analisado, ou ainda, o estabelecimento das relações entre as variáveis (GIL, 2008). A abordagem qualitativa traz um espaço profundo dos fenômenos e de suas relações, captado através da análise subjetiva das informações (MINAYO, 2008; SEABRA, 2009).

O trabalho foi realizado no município de Cajazeiras – PB, que ocupa uma área total de 565,8km² e detém uma população de 58.446 habitantes, sendo 27.938 homens e 30.508 mulheres. Encontra-se situado na extremidade ocidental do Estado da Paraíba, no Alto Sertão, distando cerca de 465 km da capital João Pessoa. Limita-se a norte e leste com São João do Rio do Peixe, oeste com Cachoeira dos Índios e Bom Jesus, ao sul com São José de Piranhas, ao noroeste Santa Helena e a sudeste Nazarezinho (IBGE, 2010).

A amostra do estudo se constitui de cinco indivíduos. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas contendo questionamentos capazes de extrair dados e impressões acerca da ditadura militar. Esse tipo de suporte metodológico, segundo Severino (2007), caracteriza-se como um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que tem por finalidade obter informações dos sujeitos pesquisados acerca de sua opinião sobre o assunto em estudo. Optou-se por esse tipo de instrumento por acreditar que é a melhor forma de descrever os relatos individuais e compreender as especificidades de cada um. A coleta de dados, portanto, é a etapa onde o pesquisador encontra-se com a população pesquisada e nesse momento, são aplicados os instrumentos elaborados e as técnicas selecionadas para a coleta de dados previstos (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Posteriormente foi realizada a análise de dados, onde foi usado da técnica de análise de conteúdo de Bardin, a fim de serem analisados e interpretados os significados das falas dos sujeitos, sendo seguidas as três propostas: pré-análise, codificação e categorizações (SANTOS, 2012).

Seguindo essas orientações, o livro está estruturado em quatro capítulos. O primeiro trata-se dessa introdução, o segundo traça um histórico da ditadura militar no Brasil, desde o início e a caracterização dos governos do período. No terceiro capítulo se trabalha as características do governo militar. No quarto capítulo são feitas as análises e sistematizados os resultados da pesquisa com as falas e memórias de quem vivenciou a ditadura militar.



CAPÍTULO 2

HISTÓRICO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Em 25 de agosto de 1961 o presidente Jânio Quadros renuncia a presidência da República (CANCIAN, 2013). O vice presidente João Goulart é autorizado a assumir o cargo, depois de uma campanha legalista, mas sob um acordo que reduz seus poderes como presidente, com a instalação do parlamentarismo (FAUSTO, 2002).

O país retorna ao governo presidencial um ano após, com a realização de um referendo popular. Retomando seus poderes plenos, o presidente João Goulart busca implantar seu programa de governo que tinha como marca principal as reformas de base, como a nacionalização de empresas em diversos setores da economia, a reforma agrária que eliminaria a nação de um padrão agrário fundamentado no latifúndio improdutivo, ou seja, terra sem a menor produtividade (SIKORSKI, 2010).

Sob o governo de Goulart, Machado (2006) destaca que, no Brasil, aprofunda-se a polarização de posições políticas. De um lado, setores das elites que temem ver o Brasil se juntando a Cuba como parte no bloco comunista na América Latina, enquanto setores da classe média e grupos nacionalistas vêem as reformas como um forte impulso para o crescimento do Brasil, pondo fim a subserviência econômica aos Estados Unidos.

Nesse contexto, e temendo que Goulart, através de suas propostas reformistas, servisse como combustível para incrementar a sua popularidade das propostas comunista, políticos influenciadores, como Carlos Lacerda e até mesmo Juscelino Kubitschek, magnatas da mídia como Roberto Marinho, Octávio Frias, Júlio de Mesquita Filho, setores da Igreja Católica, do empresariado, do latifúndio e da classe mediática defendiam a intervenção das Forças Armadas para retirar o governo (FAUSTO, 2002). Os militares, considerados linha-dura¹, vendo que a oportunidade de impor o seu programa econômico positivista, essa economia positiva se preocupava com o comportamento econômico, assim os “linha dura” convencem os legalistas que Jango era uma ameaça comunista (CIOTOLA, 2010).

Em primeiro de abril de 1964, posteriormente a uma noite de tramas e conspiração, tropas rebeldes fazem o seu caminho para o Rio de Janeiro, considerado um bastião legalista (FAUSTO, 2002). Generais de São Paulo e do Rio de Janeiro são convencidos a concordar com o golpe (GASPARI, 2002). Para impedir uma guerra civil, e com o conhecimento de que os EUA apóiam abertamente a manobra golpista, o presidente fugiu, para o Rio Grande do Sul primeiro, e depois para o exílio no Uruguai (FAUSTO, 2002).

¹ O termo Linha-dura segundo Machado (2006) é um termo usado em Política para designar uma corrente ou facção, dentro de um movimento, partido ou governo, que adota posições mais radicais, menos moderadas e mais intolerantes, especialmente no contexto de regimes autoritários.

Apesar das promessas inicialmente feitas em contrário, a ditadura dura 21 anos. O governo militar promulga uma nova Constituição, explicitamente restritiva e que sufoca a liberdade de expressão e também de oposição política (SOPHIA, 2015). Assentada em uma linha nacionalista conservadora e na oposição ao comunismo, a ditadura obtém o seu auge de popularidade na década de 1970, com o denominado milagre brasileiro, sustentado por um forte aparato de propaganda, rígida censura as comunicações e ferrenha perseguição aos dissidentes, que são torturados, banidos ou mortos (GASPARI, 2002).

Em março de 1979, assume o general João Batista de Oliveira Figueiredo, último dos presidentes do ciclo militar. O seu mandato é demarcado pela continuação da abertura política começada no governo Geisel (FIALHO, 2015). Pouco tempo posterior de assumir o cargo, há a concessão da anistia "ampla e irrestrita" a políticos que foram cassados com fundamentos em atos institucionais (CIOTOLA, 2010). Em 1980, extingui-se o bipartidarismo. No entanto, a fragilidade do processo de "abertura política" é caracterizada pela ocorrência de vários atentados terroristas atribuídos a setores de direita e militares linha dura (SOPHIA, 2015).

A gestão do presidente Figueiredo é marcada ainda pela grave crise econômica que assola o todo o globo, com as elevadas taxas internacionais de juros, pelo choque do petróleo, a disparada da inflação ao longo dos seis anos, e com uma dívida externa no país crescente, que, pela primeira vez ultrapassou a marca dos 100 bilhões de dólares, levando o governo a recorrer, em 1982, ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (SIKORSKI, 2010).

Assim, em 05 de outubro de 1988, após um intenso processo de mobilização popular e de reorganização de grupos e movimentos de defesa de várias demandas sociais e políticas que foram severamente reprimidas pela ditadura, o Congresso Nacional aprova uma nova Constituição. O país inicia a caminhada de reconstrução da prática e da vivência democrática. A ditadura se transforma em evento histórico. O entendimento desse processo requer um mergulho na história (FIALHO, 2015).

2.1 GOULART E A QUEDA DA SEGUNDA REPÚBLICA

Em 1955, segundo Machado (2006), João Goulart é eleito vice-presidente do Brasil. Nessa época, as votações/eleições para presidente e vice eram desvinculadas. Na eleição de 1960, Goulart é novamente escolhido vice-presidente, concorrendo pela chapa contrária ao candidato Jânio Quadros, do Democrata Cristão (PDC), que era então apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), e que vence o pleito.

Em seu curto mandato como presidente, segundo Scandelai (2010), Quadros faz movimentos na busca de retomar as relações com países comunistas, propõe algumas leis e projetos polêmicos. No entanto, sem apoio significativo do legislativo, ele não consegue imprimir as ações de sua agenda de governo.

Em 25 de agosto do ano de 1961, enquanto o vice-presidente João Goulart realizava visita diplomática à China, Jânio Quadros renunciava ao cargo de presidente (XXX). Os ministros militares Gabriel Grün Moss da Aeronáutica; Odílio Denys do Exército e Sílvio Heck da Marinha tentam evitar a posse de Jango, e o então presidente da Câmara dos Deputados, o senhor Ranieri Mazzilli, é empossado presidente. A crise é resolvida pela solução parlamentar. O sistema parlamentar é implementado para reduzir os poderes de Goulart como presidente, apacando os militares (FAUSTO, 2002).

Em 1962, o governo divulga o Plano Trienal, organizado pelo economista Celso Furtado, no combate a inflação e promovendo o desenvolvimento econômico (GOMES, 2011). Após enfrentar forte oposição, o Plano Trienal falha e o governo é forçado a negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que exige cortes significativos nos investimentos, sobretudo, naqueles voltados as áreas sociais (MACHADO, 2006).

Nesse período, é convocado plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo ou a volta do presidencialismo para janeiro do ano de 1963. O parlamentarismo é largamente rejeitado, graças a uma intensa campanha de publicidade promovida pelo governo (ARAUJO, 2006).

A economia para Machado (2006) continua com uma taxa inflacionária elevada. Entre as medidas sugeridas destacam-se o controle do déficit público e, ao concomitantemente, a manutenção da política de desenvolvimento com captação de recursos de fora do país para a efetivação das denominadas reformas de base (medidas sociais/econômicas de postura nacionalista), que preveem uma maior intervenção na economia do Estado.

Nessa denominação larga de reformas de base, se incluem as reformas fiscal, bancária, eleitoral, urbana, educacional e agrária. Também se defende o direito ao voto para os analfabetos e para também os militares de patentes subalternas (ARAUJO, 2006). Além disso, são propostas cortes nacionalistas, com uma maior intervenção do Estado na economia e maior controle dos investimentos estrangeiros, mediante a regulamentação das remessas dos lucros para o exterior (GOMES, 2011). No que se refere a tais reformas, destacam-se no governo João Goulart as seguintes medidas:

Reforma agrária: Consistia em promover a democratização da terra, paralelamente à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao

campo os principais direitos dos trabalhadores urbanos.

Reforma educacional: visava a valorização do magistério e do ensino público em todos os níveis, o combate ao analfabetismo com a multiplicação nacional das pioneiras experiências do Método Paulo Freire.

Reforma fiscal: Tinha como objetivo promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de arrecadação do Estado. Além disso, pretendia-se limitar a remessa de lucros para o exterior, sobretudo por parte das empresas multinacionais.

Reforma eleitoral: Consistia, basicamente, na extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente.

Reforma urbana: Entendida como conjunto de medidas do Estado, visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias.

Reforma bancária: com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito pelos produtores (MACHADO, 2006, p. 32, grifo nosso).

Cada uma dessas mudanças estruturais força um realinhamento das forças de classe e abre um período de crise política. O golpe de 1964 também termina um ciclo na história do Brasil, que começa com Getúlio Vargas na Revolução de 1930, sendo uma era passada agora marcada pela união das aspirações da classe média, nacionalismo e modernização guiada pelo Estado na América Latina. Um período de direito de ditadura militar marcou a transição entre esta época e atual período de democratização (MEYER-PFLUG, 2009).

2.2 AS DIVISÕES DENTRO DOS OFICIAIS

Em 15 de abril do ano de 1964, 15 dias posterior do golpe, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, nomeado pelo então presidente João Goulart, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, torna-se o presidente com a intenção de supervisionar uma reforma do sistema político-econômico (ARAUJO, 2006).

O clima político é marcado por tensões. Grupos de militares começam a articular ações na defesa de uma unidade e coesão como caminho para restabelecer a “ordem”, cobrando do governo Castelo Branco a adoção de medidas mais severas e intensas para o combate a “subversão” e aos grupos de resistência. Essa articulação militar acaba dando motivação para a instituição de grupos turbulentos e radicais no interior das forças armadas, sobretudo, nos esquemas e aparelhos de repressão, e que ficam conhecidos como “linha dura” (GOMES, 2011).

Segundo Machado (2006), nesse período são lançados decretos extras constitucionais apelidados de Atos Institucionais (AI), Castelo Branco deu ao executivo a capacidade ilimitada para mudar a Constituição e remover qualquer um de atos (AI-1) bem como ter a presidência eleita indiretamente por meio de um sistema bipartidário

de uma Aliança Nacional do partido apoiado pelo governo e uma leve oposição não esquerdista de Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O corpo de oficiais das forças armadas divide-se entre aqueles que defendem a intervenção militar apenas como espaço para a *reestruturação da ordem política* e os considerados linha-dura que advogam uma permanência maior no controle do país como forma de livrar o Brasil da ameaça comunista (ARAUJO, 2006). A vitória dos militares linha-dura arrasta o Brasil para um cenário que o pesquisador político Juan Linz (1923 - 2013) chama de uma situação autoritária. Entretanto, como reconhece Chiri (2010), apesar do uso desmedido da força são registradas manifestações de resistência da sociedade, fazendo com que os militares intensifiquem a reação e a punição aos opositores.

Inicialmente, a expressão “linha dura” não tem, para os oficiais que a reivindicam, o sentido de uma facção ou grupo, mas sim de uma linha de cunho político de contornos incertos, de um “estado de espírito” e de uma determinada interpretação da Revolução de 1964. É este o sentido que lhe atribui o almirante Sílvio Heck, em julho de 1964; ou o general Olympio Mourão Filho, um dos mentores do golpe de Estado, quando se considera, no mês de agosto de 1964, de “linha duríssima” (CHIRI, 2010). Segundo Guimarães (2000) são jornalistas e analistas políticos que transformam os chamados “linha dura” em grupo dotado de representantes e de líderes. Em agosto de 1964 segundo Guimarães (2000), no Jornal Brasil, define a conjuntura política do país dominada pelos militares e dividida em dois campos: em uma extremidade, os moderados, e na outra ponta a linha dura, configurando-se naquilo que Fico (2004) vai considerar uma dicotomia predestinada a um futuro belo.

Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI)², divulgado em setembro de 1964, considera os chamados “linha dura” em grupo de “oposição” ao governo do general Castelo Branco (GUIMARÃES, 2000). Meses depois, em abril de 1965, os oficiais considerados “linha dura”, em manifesto distribuído na Câmara dos Deputados, ou se consideraram “guardiões da Revolução”, evocam a todos, militares e civis, para que defendam a diretriz do grupo, orientando a ação comum no aspecto de garantir os ideais revolucionários (CHIRI, 2010).

Assim, segundo Chiri (2010), originalmente, a “linha dura” é uma maneira de expressar oposição ao governo de Castelo Branco. Para Meyer-Pflug (2009) sua modificação em facção é uma ferramenta de luta política. Para o poder, delimita as fronteiras de um adversário; para os contestadores, construía a imagem de força organizada da qual cada oficial podia reivindicar o monopólio. A oposição dos chamados “linha

² O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, como um órgão da Presidência da República, com a finalidade de superintender e coordenar as atividades de informação. Entre as suas atribuições destacava-se a emissão de relatórios (CHIRI, 2010).

dura” contra os moderados embrenhou-se profundamente na memória e no imaginário dos militares, mesmo com as variações das características dos grupos em função dos seus locutores.

2.3 TORTURA

Segundo Araújo (1994) nos primeiros meses posteriores o golpe, milhares de indivíduos são detidos. Enquanto outras ditaduras matam mais pessoas (Chile, Argentina e outras), a especialidade do Brasil é a tortura. Para extinguir os seus opositores de esquerda, a ditadura usa detenções arbitrárias, detenções sem julgamentos, sequestro, e acima de tudo, a tortura, que inclui estupro e castração. O livro *Tortura e sintoma social* de Kehl (2010) fornece contas de apenas uma fração das atrocidades perpetradas pelo governo. O governo militar assassina centena de outros, muito embora isso tenha sido feito sobretudo em segredo (ARAUJO, 2006). A causa da morte, muitas vezes, erroneamente classificado como acidental.

Sarlo (2007) destaca que os primeiros sinais de resistência a essa repressão são vistos com o aparecimento de protestos estudantis generalizados. Em contrapartida, o governo emite o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) em dezembro de 1968, que suspende o habeas corpus, fecha o Congresso e fixa outras atribuições ao Estado lhe dando a conformação de totalitário. Porém, desde a implantação da ditadura, em 1964, o governo militar já usa várias formas de tortura que, de forma sistemática, funciona como importante estratégia para se obter informações sobre a ação e atuação de grupos clandestinos de resistência, para destruir os grupos de oposição, mas, sobretudo, para intimidar e silenciar adversários potenciais. Uma situação que recrudescer após 1968 (CONTREIRAS, 1998).

Em 1969, no dia 8 de outubro, o movimento revolucionário³ sequestra Charles Burke Elbrick, embaixador dos EUA no Brasil. Os combatentes da resistência exigem, em troca do embaixador Elbrick, a libertação de dissidentes presos que estão sendo cruelmente torturados. O governo responde através da adoção de medidas mais brutais contra a insurgência, levando ao assassinato de Carlos Marighela, líder da guerrilha, dois meses posterior o sequestro de Elbrick (CHIRIO, 2010). Isto marca o começo do enfraquecimento da oposição armada.

Em 1970, Nobuo Okuchi, então Cônsul do Japão na cidade de São Paulo, é sequestrado, enquanto Curtis Cutter, cônsul dos Estados Unidos na cidade de Porto Alegre, é ferido no ombro, mas escapa do sequestro (CHIRI, 2010). Também em 1970, Ehren-

³ Movimento revolucionário é um tipo específico de movimento social dedicado à realização de uma revolução. O sociólogo e historiador estadunidense Charles Tilly o definiu como um movimento social que promove reivindicações exclusivas e conflitantes pelo controle do Estado, ou de alguns de seus segmentos (SARLO, 2007).

fried Anton Theodor Ludwig von Holleben, Embaixador da Alemanha Ocidental, é sequestrado no Rio de Janeiro e um de seus guarda-costas morto (COIMBRA, 1995).

A ação de grupos guerrilheiros que, na clandestinidade, passam a combater a ditadura militar é severamente reprimida, inclusive, com a adoção, pelo governo militar, da instituição de equipamentos e instrumentos, como o DOI-CODI⁴, que ganham a configuração de legitimidade e são responsáveis pela repressão, tortura e morte de dezena de “inimigos”. Nenhum membro da ditadura é punido por violações dos direitos humanos. Nem mesmo a Lei de Anistia, aprovada no ano de 1979, consegue modificar esse quadro quando concede perdão a todos os que cometem crimes políticos durante a ditadura, inclusive, os torturadores (ARAÚJO, 1994).

Como presos políticos foram perseguidos e, na maioria dos casos não há crimes cometidos, a anistia significa pouco. Por causa de certa amnésia cultural, as vítimas nunca ganharam muito respeito, simpatia ou até mesmo reconhecimento de seu sofrimento. O trabalho está em andamento para alterar a Lei de Anistia, que foi condenado pelo Tribunal de Direitos Humanos Interamericanos. A Comissão Nacional da Verdade ajudou a nação a enfrentar seu passado e honrar aqueles que lutaram pela democracia, e para compensar os familiares dos que morreram ou desapareceram (SKIDMORE, 2010).

O número de mortes provavelmente mede na casa das centenas, não atingindo, mas poderia estar se aproximando de mil. Mais de 50 mil pessoas foram detidas e 10 mil forçado a ir para o exílio (BRASIL, 2014). Assim no próximo capítulo é realizado uma caracterização melhor do que foi o governo militar no Brasil.

4 DOI-CODI, sigla de Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, é um órgão repressor criado pelo regime militar (1964-1985) para prender e torturar aqueles que são contrários ao regime. Os agentes do DOI-CODI são treinados nos moldes da instituição americana National War College, que aprisiona combatentes que se opõem a hegemonia norte-americana na Guerra Fria. No Brasil, os militares desse órgão são treinados na Escola Superior de Guerra (ESG) e defendem ideais de direita disseminados pelos ditadores. O DOI-CODI surge a partir da Operação Bandeirantes (OBAN), criada em 02 de julho de 1969, em São Paulo, com o objetivo de coordenar e integrar a ação dos órgãos de repressão a indivíduos e organizações (mais especificadamente, os grupos da esquerda armada) que representam ameaça à manutenção da segurança do regime. A criação do DOI-CODI representa a institucionalização da OBAN. Estabelecidos em praticamente todos os Estados os DOI-CODI são reconhecidos, pelo Projeto Brasil: Nunca Mais, como centros de torturas daqueles que se opõem ao regime ditatorial vigente (MACHADO, 2006).



CAPÍTULO 3

O GOVERNO MILITAR

Legítimo representante da “linha-dura” o presidente da república Emílio Garrastazu Médici patrocinou as maiores violações dos direitos humanos registradas na época da ditadura (SOUSA, 2016). Durante seu mandato, a tortura e também perseguição de divergentes, o assédio contra jornalistas e censura à imprensa tornou-se algo comum.

No entanto, Médici gozava de apoio popular, conquistado, sobretudo, por forte marketing político e censura ferrenha aos meios de comunicação, e também pela conquista, pela Seleção Brasileira de Futebol, em 1970, no México, do Tricampeonato Mundial de Futebol, e por arrumados da economia, que “mascararam” os números da inflação e trazem um artificial crescimento econômico, batizado de Milagre Brasileiro (MACHADO, 2006).

O terceiro governo militar (1969-1974), segundo Fausto (2002), guiado por diretrizes já adotadas no período anterior, intensifica o processo de transformação das relações internacionais do Brasil. Ao mesmo tempo, como a política interna endurecida, o âmbito de influência externa do país se contrai (PILAGALLO, 2003).

A decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5 de 1968) marco uma nova fase de restrições políticas da liberdade no Brasil (FÁVERO, 2006). À sucessão de raptos de embaixadores estrangeiros no Brasil constrange o governo militar (RÉ, 2011). As manifestações contra governo e a diversas ações dos movimentos de guerrilha geram um aumento nas medidas repressivas. As fronteiras da ala ideológica da política exterior brasileira são reforçadas. Até o final dos anos de 1970, o salário mínimo oficial desce para US\$ 40 por mês, e cerca de 1/3 (um terço) da força brasileira de trabalho, que tem seus salários vinculados a ele perde cerca de 50% do seu poder de compra em analogia aos níveis de uma década atrás 1960, no final do governo Juscelino Kubitschek (PILAGALLO, 2003).

Ao mesmo tempo, os resultados da política econômica consolidam a opção pelo protótipo de desenvolvimento nacional. Devido a esses resultados, conexões econômicas externas do país são transformadas.

3.1 RELAÇÕES EXTERIORES

O interesse na expansão da presença do Estado na economia é acompanhado de políticas dedicadas a modificar o perfil do país no exterior (SCANDELAI, 2010). A relação com os Estados Unidos ainda é valorizada, mas o alinhamento não é mais abrangente. As ligações entre a atividade internacional e seus interesses econômicos, segundo Machado (2006), levam a política externa, conduzida pelo então ministro das

Relações Exteriores, Dr. José de Magalhães Pinto (1966-1967), a ser rotulada de Diplomacia de Prosperidade.

Este novo fundamento da política internacional do Brasil é seguido por uma análise das relações nutridas com os Estados Unidos. Observa-se, na visão de Lopez (1997), que a experiência de fortalecimento das conexos trouxe benefícios limitados. A revisão da posição ideológica do Brasil dentro do sistema mundial é condicionada a esta percepção. Este estado de coisas é reforçado pelo esvaziamento momentânea do confronto bipolar (ideologia dos Estados Unidos/União Soviética).

Para Scandelai (2010), neste contexto torna-se possível repensar em modificar o conceito de “soberania limitada” pela soberania plena. Essas transformações conceituais são apoiadas pelos oficiais mais novos do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), coligados com os fundamentos da política externa autônoma que vem se consolidando desde o começo de 1960.

Com base nas prioridades da sua política externa, o país adota novas posições em várias organizações internacionais. Seu desempenho na II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no ano de 1968, em defesa de um tratamento preferencial e não discriminatório para produtos manufaturados de países subdesenvolvidos, foi notável. O mesmo nível de preocupação distingue o estande brasileiro no ano de 1969 na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), na reunião em Viña del Mar (LOPEZ, 1997). Nesta ocasião, o Brasil manifesta o seu apoio a um projeto de união da América Latina (RÉ, 2011).

Segundo Toro (2005) o Brasil é particularmente crítico do Tratado de não Proliferação Nuclear, pois visava garantir o direito de desenvolver a sua tecnologia própria nuclear. Esta prerrogativa anteriormente havia sido defendida, quando o governo decide não acatar a validade do Tratado para Proscrição das Armas Nucleares (TNP) (CACASO, 1981). A posição do Brasil acerca do TNP acaba se tornando emblemática da postura negativa que seria, a partir de então, sustentar com relação à política de energia dos Estados Unidos e da União Soviética. Seu inicial detalhamento é influenciado pela presença do senhor João Augusto de Araújo Castro como presidente do Conselho de Segurança e embaixador na ONU (1968-1969).

As mudanças na diplomacia brasileira se refletem em outras questões da agenda internacional, tais como a postura moderada tomada no que diz respeito à guerra dos seis dias entre árabes/israelenses. Na esfera multilateral, o país defende a causa da reforma da Carta da Organização das Nações Unidas.

3.2 ENVOLVIMENTO DOS ESTADOS UNIDOS

Em 1963 e em 1964 é realizada a Operação Brother Sam que dão suporte/apoio moral ao embaixador senhor Lincoln Gordon. Mais tarde, Gordon admite que a embaixada norte-americana no Brasil deu apoio, sobretudo financeiro, a candidatos contra Goulart nas eleições municipais do ano de 1962 e incentivou os conspiradores no golpe militar de 1964 (MACHADO, 2006). Segundo ele, militares e membros dos serviços de inteligência norte-americanos operam em que quatro navios petroleiros da Marinha dos americanos e do porta-aviões USS Forrestal, em uma operação denominada “Irmão Sam”. Os navios ficam estacionados fora da costa do Rio de Janeiro e em prontidão no caso de as tropas golpistas necessitem de assistência durante o golpe de 1964 (PRIORI, 2012). Um documento de Gordon, de 1963, ao presidente dos EUA, John Kennedy, também relata as maneiras que João Goulart deve ser colocado para baixo, e os seus receios de uma intervenção comunista apoiado pelos soviéticos ou por Cuba (CACASO, 1981).

Washington reconhece imediatamente o governo em 1964 e saúda o golpe como uma das forças democráticas que está arrebatando o país das mãos do comunismo internacional. Meios de comunicação de massa americanos, deu observações positivas sobre a dissolução dos partidos políticos e controles salariais no começo do mandato de Castello Branco (PRIORI, 2012).

Na verdade, setores militares identificados com a articulação intitulada linha-dura pressionam Costa e Silva em promulgar o Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 1 dezembro de 1968 (SCANDELAI, 2010). Este ato deu poderes ditatoriais ao presidente e dissolveu o Congresso e legislativos estaduais, suspendeu a Constituição e impôs a censura (MACHADO, 2006).

Segundo Calabre (2015), mesmo com a severa repressão, registram-se movimentos culturais como o Tropicalismo¹ que reúne artistas como Gilberto Gil e Caetano Veloso, que buscam inovar no estilo musical e artístico, de maneira geral, e integrar o pop ao popular. No entanto, alguns dos principais representantes do movimento, como Gilberto Gil e Caetano Veloso, foram detidos, presos e exilados (NAVES, 2011). Chico Buarque deixou o país, em exílio autoproclamada. Outros artistas, como Chico

¹ O tropicalismo foi um movimento musical, que também atingiu outras esferas culturais (artes plásticas cinema, poesia), surgido no Brasil no final da década de 1960. O marco inicial foi o Festival de Música Popular realizado em 1967 pela TV Record. O tropicalismo teve uma grande influência da cultura pop brasileira e internacional e de correntes de vanguarda como, por exemplo, o concretismo. O tropicalismo, também conhecido como Tropicália, foi inovador ao mesclar aspectos tradicionais da cultura nacional com inovações estéticas como, por exemplo, a pop art. O tropicalismo inovou também em possibilitar um sincretismo entre vários estilos musicais como, por exemplo, [rock](#), bossa nova, [baiano](#), [samba](#), bolero, entre outros. As letras das músicas possuíam um tom poético, elaborando críticas sociais e abordando temas do cotidiano de uma forma inovadora e criativa. Movimento tropicalista não possui como objetivo principal utilizar a música como “arma” de combate político à ditadura militar que vigorava no Brasil. Por este motivo, foi muito criticado por aqueles que defendiam as músicas de protesto. Os tropicalistas acreditavam que a inovação estética musical já era uma forma revolucionária. Uma outra crítica que os tropicalistas receberam foi o uso de guitarras elétricas em suas músicas. Muitos músicos tradicionais e nacionalistas, acreditavam que esta era uma forte influência da cultura pop-rock americana e que prejudicava a música brasileira, denotando uma influência estrangeira não positiva. Principais representantes: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Os Mutantes, Torquato Neto, Tom Zé, Jorge Bem, Gal Costa, Maria Bethânia (NAVES, 2001).

Buarque, são também severamente perseguidos pela ditadura. Este, inclusive, se auto exila na Europa (CALABRE, 2015).

No meio militar, uma série de formulações geopolíticas inspiradas pelas ideias do general Golbery do Couto e Silva são implementadas enquanto política de Estado (PRIORI, 2012). A valorização de atributos territoriais do país é acompanhada por um aumento da sua capacidade defensiva. A necessidade de uma ocupação mais efetiva da Floresta Amazônica é priorizada. A construção da rodovia Transamazônica (1970) começa como parte fundamental do Plano de Integração Nacional (PIN) (MACHADO, 2006).

Segundo Fausto (2002), o general Paul Aussaresses francês, um veterano da Guerra da Argélia, vem ao Brasil em 1973. Aussaresses utilizou métodos de guerra contrarrevolucionária durante a Batalha de Argel, incluindo o uso sistêmico de tortura, execuções e voos da morte. Mais tarde, ele treina oficiais dos EUA e ministra cursos militares para a inteligência militar do Brasil. Anos depois, ele admite manter estreitas relações com os militares brasileiros e de ter cooperado com os serviços de repressão na tortura de presos políticos no país. (TORO; WERNECK, 2007).

A expansão da agenda internacional do Brasil coincide com uma reforma administrativa do Ministério das Relações Exteriores (FAUSTO, 2002). Sua mudança para Brasília, no ano de 1971, foi acompanhada de modernização interna (TORO; WERNECK, 2007) Novos departamentos foram instituídos, respondendo à diversificação da agenda internacional e a crescente importância da diplomacia econômica (FAUSTO, 2002). Os exemplos compreendem a criação de um sistema de promoção comercial e da Fundação Alexandre de Gusmão para desenvolver estudos/pesquisas de política externa (TORO; WERNECK, 2007).

A política externa durante o mandato de Gibson Barboza (1969-1974) une três posições básicas. A primeira, ideológica, defende a presença de governos de cunho militar na América Latina (MACHADO, 2006). Para conseguir esse alcance, a Organização dos Estados Americanos (OEA) luta contra o terrorismo na região. A segunda crítica o processo de distensão entre as superpotências (norte-americano e soviético), condenando as implicações da política de poder norte-americano e soviético. A terceira solicita o apoio para o desenvolvimento, considerando-se que o Brasil, com todo o seu potencial econômico, merece uma maior representatividade dentro do sistema internacional (RÉ, 2011).

Novos pleitos e metas aparecem, relacionada com a ideia de que a nação está fortalecendo o seu poder de negociação no sistema mundial. Em fóruns internacionais, a sua principal questão se torna a segurança econômica coletiva (MACHADO, 2006).

Essa nova postura brasileira serve de base para o renascimento da sua relação com Estados Unidos (RÉ, 2011). A diferenciação de outros países latino-americanos é apontada como destaque para reclamar um tratamento especial dos Estados Unidos. Todavia, não é apenas essa expectativa que não cumprida, mas a assistência militar e do acordo de cooperação educacional MEC-USAID são interrompidos (TELES, SAFATLE, 2010).

Washington mantém-se distante no momento da visita do Presidente Médici aos Estados Unidos. Em resposta, especialmente nas esferas militares e diplomáticas, ideias nacionalistas se acendem e levantam pontos sobre a política de aproximação com os Estados Unidos (TAMAS, 2009).

A presença de J. A. de Araújo Castro como embaixador brasileiro em Washington contribui para a redefinição das relações com o governo americano (FAUSTO, 2002). O movimento estratégico tenta expandir a agenda de negociação mediante a dedicação de uma atenção especial para a diversificação das relações comerciais, tendo o início da cooperação nuclear, bem como a inclusão de novos temas de política internacional como pontos (TELES, SAFATLE, 2010).

Em 1971, a ditadura militar ajuda nas eleições uruguaias. O governo participa da Operação Condor, que envolve diversos serviços de segurança da América Latina e no assassinato de opositores políticos. Relatório do ano de 2014, da Comissão Nacional da Verdade², revela violações dos direitos humanos do governo militar, e que os Estados Unidos passam anos ensinando técnicas de tortura para militares brasileiros (FAUSTO, 2002).

Durante este período, o Brasil começa a dedicar mais atenção aos países menos desenvolvidos (TAMAS, 2009). Programas de cooperação técnica foram começados na América Latina e África, acompanhada, em alguns casos, por planos de investimento de empresas do Estado, em particular nos domínios da energia e comunicação (MACHADO, 2006).

Com este pretexto, um sistema de atuação interministerial foi criado entre o Itamaraty e o Ministério do Planejamento, cuja a função era coordenar projetos de cooperação internacional (FAUSTO, 2002). Para promover estas inovações, no ano de 1972, o ministro das Relações Exteriores, Gibson Barboza, visitou o Senegal, Togo, Gana, Gabão, Nigéria, Zaire, Costa do Marfim e Camarões (TELES, SAFATLE, 2010).

3.3 ADMINISTRAÇÃO DE GEISEL, DISTENSÃO E O CHOQUE DO PETRÓLEO

² A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (BRASIL, 2014).

Hugo Figueiredo Moreira, Michael Douglas Sousa Leite, Vinícius Campos de França, Sandra Maijane Soares de Belchior, Verônica Cristian Soares de Belchior, Wendell de Almeida Lacerda, Laerte Ferreira de Moraes França, Edjair Raimundo de Melo, Rafael Eduardo Inácio do Nascimento, Júlia Marcia Lourenço de Almeida Martins Medeiros, Jardenia Mayara da Silva Nogueira

O aumento do petróleo no mercado mundial afeta diretamente a economia brasileira. Os combustíveis derivados do petróleo aumentam, elevando mais a inflação. A balança comercial no Brasil registra elevado déficit em função da importação do petróleo a preços exorbitantes.

Segundo Macarini (2011), os investimentos internos e externos diminuem significativamente, prejudicando o avanço da economia aos níveis registrados anteriormente. Entre os anos de 1974 e 1978, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro volta a média de 6,5%, diminuindo a geração de empregos e massa salarial. Este fato provoca uma redução significativa do consumo interno, prejudicando assim as empresas nacionais direcionadas para o mercado nacional.

É nessa atmosfera que se inicia o mandato do General Ernesto Geisel (1974-1979), que chega à presidência com a aprovação de Médici. Há intensa movimentação política, sobretudo manobras lideradas pelos militares linha-dura, contra o nome de Geisel e também de adeptos mais moderados de Castelo Branco. Vencidas as resistências Geisel é indicado presidente, nomeando seu irmão, Orlando Geisel, para o Ministério do Exército, e seu aliado, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, como chefe de gabinete militar.

Embora não seja imediatamente compreendido por civis, a adesão de Ernesto Geisel sinaliza um movimento em direção a uma regra menos opressiva. Geisel substitui vários comandantes militares regionais, colocando pessoas de sua confiança. Ao mesmo tempo, começa a anunciar a intenção de proceder a uma distensão política do regime com o relaxamento gradual das regras autoritárias. Seria, em suas palavras, o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável.

O presidente Geisel procurava manter as altas taxas de crescimento econômico, procurando, ao mesmo tempo, lidar com os efeitos do choque do petróleo³. Ele mantém os investimentos maciços em infraestrutura de estradas, telecomunicações, barragens hidrelétricas, fábricas, extração mineral e energia atômica. Rechaçando as acusações nacionalistas, Geisel abriu o Brasil para a prospecção de petróleo por organizações estrangeiras pela primeira vez desde o início da década de 1950 (VICENTE, 2009).

O Brasil, segundo Vicente (2009), sofre reduções drásticas em suas relações de troca como decorrência do choque do petróleo de 1973 no mundo. No início de 1970, o desempenho do setor exportador foi minado por uma moeda sobrevalorizada (CALABRE, 2015). Com a balança comercial sob pressão, o choque do petróleo levou a uma fatura de importação em forte alta.

3 O choque do petróleo acontece em 1973, provocado pelo [embargo](#) dos países membros da OPEP ([Organização dos Países Exportadores de Petróleo](#)) e [Golfo Pérsico](#) na distribuição de [petróleo](#) para os [Estados Unidos](#) e países da [Europa](#). O embargo dá-se em protesto pelo apoio prestado pelos Estados Unidos a [Israel](#) durante a [Guerra do Yom Kippur](#), tendo os países árabes, organizados na [OPEP](#), aumentando o preço do petróleo em mais de 400% (CALABRE, 2015).

Assim, o governo Geisel pega emprestado bilhões de dólares para ver o Brasil em meio à crise do petróleo. Esta estratégia mostra-se eficaz na promoção do crescimento, mas também aumenta as exigências de importação do Brasil acentuadamente, aumentando déficit em conta corrente, já bastante comprometido (VICENTE, 2009). A expectativa era de que as implicações combinadas de industrialização por substituição de importação e exportação de expansão eventualmente traria crescente superávits comerciais, permitindo o reembolso da dívida externa (MACARINI, 2011).

Com o presidente Geisel o Brasil muda a orientação de sua política externa, buscando soluções para a crise econômica. O tradicional alinhamento com os Estados Unidos e uma visão de mundo fundamentada em fronteiras ideológicas e blocos de nações perde espaço. Como nação que tem uma dependência de aproximadamente 80% do petróleo importado, Geisel adota outra maneira de relacionamento internacional, com um apoio acrítico a Israel e uma posição mais neutra em assuntos do Oriente Médio. Seu governo também reconhece a China e os novos governos de Moçambique e Angola (VICENTE, 2009).

Para Kinzo (2001) o governo chegou mais perto da América Latina, da Europa e do Japão. O acordo de 1975 com a Alemanha Ocidental para construir reatores nucleares produzem confrontos e desentendimentos com o velho aliado, Estados Unidos. Este último, como represália, começa a acusar o governo brasileiro de violação dos direitos humanos.

Em 1977 e 1978, a problemática da sucessão causa confrontos políticos com os linha-dura. Salientando que o Brasil é apenas uma democracia relativa, Geisel tenta, em abril de 1977, conter o crescimento de grupos políticos de oposição com a adoção medidas políticas para frear o crescimento dos movimentos de reação a ditadura. Em outubro, ele demite o Ministro do Exército, General Sylvio Couto Coelho da Frota, considerado de extrema-direita. Em 1978, Geisel, pressionado pelas primeiras greves registradas no país desde o golpe militar, e em razão das sucessivas vitórias eleitorais da oposição, sobretudo, de políticos ligados a ala considerada mais progressista do Movimento dos Democráticos Brasileiros (MDB), permite o retorno de alguns presos políticos, restaura o habeas corpus para os exilados e revoga os poderes extraordinários concedidos ao presidente pelo AI 5. Ao mesmo tempo, impõe o nome do General João Figueiredo (1979-1985) como seu sucessor em março de 1979 (MACARINI, 2011).

De acordo com a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o número de mortos brasileiros, por tortura, assassinato e desaparecimento, no período de 1964-1981 é de mais de 300. Este número inclui 67 mortos na Guerrilha do Araguaia, entre os anos de 1972 e 1974 (BRASIL, 2014).

De acordo com o Exército Brasileiro, 97 militares e civis são mortos por ações terroristas e guerrilheiras desencadeadas por grupos de esquerda durante o mesmo período.



CAPÍTULO 4

MEMÓRIAS SOBRE A DITADURA MILITAR

Muitas pessoas não querem se identificar com a Ditadura Militar nos dias de hoje. Segundo Fico (2004) o período adquiriu uma memória simplificada por um lado, a ditadura, os chamados anos de chumbo, o reino da exceção, do outro a sociedade democrática, a nova república.

Embora tenha desaparecido gradualmente, Lameira (2012) destaca que a ditadura militar vem sendo objeto de desprezo, de escárnio ou indiferença, se estabelecendo uma drástica ruptura entre o passado e presente, quando não o silêncio e esquecimento de um processo tão importante e recente de nossa história.

Assim, é necessária a reflexão acerca dos fundamentos e das raízes históricas da ditadura militar, as relações complexas que se estabeleceram nesse período na visão de pessoas que o vivenciaram. Para tanto, a memória assume relevância enquanto artefato teórico metodológico permitindo que impressões, lembranças, vivências, práticas, elaborações e produções que sujeitos históricos organizam e sistematizam acerca de determinados eventos possam ser usados como flagrantes e versões de fatos e momentos históricos (LAMEIRA, 2012).

Desse modo, a memória, como lembra Lombroso (2004), é a capacidade de obter, armazenar e recuperar as informações disponíveis, seja internamente, no cérebro, seja em dispositivos artificiais. Fonseca-Silva (2012) contribui relatando que nossa vida centra-se na memória, nas emoções, nas vivências, nos sentimentos e nas lembranças que são os alicerces do cotidiano.

A partir disto, é importante destacar na visão de Fonseca-Silva (2012), para quem a memória é constituída por três processos: a codificação, onde se prepara a informação para ser guardada, o armazenamento, onde a informação é retida, podendo mudar com a experiência, e a última, a recuperação, onde recorda-se a informação, isto não é espontaneamente produzido, por que é preciso um externo referente para poder recordar.

Assim, os entrevistados destacam suas memórias sobre a ditadura militar. Adalberto Nogueira Pessoa relata o porquê do movimento 1964, enfatizando como os historiadores pecam exatamente por não definirem bem a histórica revolução de 1964.

O mundo naquele instante se dividia em dois blocos, um bloco ianque capitalista que eram os estados liderados pelos Estados Unidos, e um bloco socialista, voltado ao comunismo da mais linha dura, onde o estado absorvia tudo era exatamente a União das Republicas socialistas Soviéticas. Em cima disso havia um interesse essa briga entre esses dois blocos tanto socialismo tanto comunismo, havia um desejo de conquista de espaço essencialmente na América. A Europa já tinha suas definições, que após a segunda guerra mundial a Europa se definiu, é aí a prova é tanto que as Repúblicas socialistas Soviéticas engoliram praticamente a Iugoslávia que engoliram todos aqueles países da Europa Oriental, praticamente tiveram todos eles voltados a suas origens tradicionais e ainda hoje há conflito nesse sentido, nos países da

América Latina após a tentativa de invasão de Cuba pelos Estados Unidos no episódio conhecido como Invasão da Baía dos Porcos. Então surgiu exatamente interesse soviético em cima de conquista de espaço na América Latina através exatamente da questão de Cuba e que tinha Fidel Castro como a linha de ferro e seria o mentor intelectual do regime comunista no sentido de difundir o comunismo na América Latina em toda América Latina em cima disso graças ao equilíbrio, que o presidente John Kennedy teve de puder é naquele momento em que Cuba e a União Soviética, ameaçou mandar submarinos pra Cuba, simplesmente o Kennedy didaticamente diplomaticamente telefona para a união Soviética determina a retirada sobre pena de um conflito armado que levaria o mundo a um caos até porque naquele instante a arma atômica já era o grande trunfo dos de alguns países na época essencialmente dos Estados Unidos então em cima disto se difundiu na América latina uma chamada linha de esquerda pro comunista. Essa linha pro comunista se ela viesse com o objetivo socialista teria sido uma beleza pra América Latina, mas o grande problema que o socialismo havia mais o interesse comunista do que socialismo havia o interesse da União Socialismo Soviética em após a invasão a conquista do regime Cubano com Fidel Castro, difundir todo aquela política comunista na América latina e os povos da América não estavam preparados para aquilo e dentro do processo da América do Sul, o Brasil era como se diz assim o principal cooperador Americano e que havia interesse exatamente da União Soviética de quebrar essa cooperação e se criou outros e se tentou incutir na sociedade brasileira uma linha de que o comunismo era a salvação para nós moldada a um socialismo que não tinha nada de socialismo. Na realidade o Brasil viveu pela fragilidade do governo (Jango) Jânio Quadros sua fragilidade foi tanto que o levou ao suicídio lamentavelmente.

Para Alves (2012) o Brasil desperta interesse por causa da sua grande dimensão, riquezas naturais e seu posicionamento estratégico. O bloco americano tem ainda temor maior com a possibilidade do Brasil se voltar à esquerda. Lembrando que esta disseminação das ideologias políticas do socialismo é evidente, causando várias divergências, estando de um lado o capitalismo e do outro o socialismo, em ideologias divergentes, tentando expandir as suas formas de visão de mundo.

Nesse contexto, em muitos aspectos, a ideologia política da União Soviética é contrária aos Estados Unidos, existindo um influente contraste ideológico. Assim, existem diversas ações para estar no domínio, com a finalidade de ser o provedor de conceitos universais e mundiais, onde esses conceitos são relacionados com o socialismo e o capitalismo, como mostra o Professor Chagas Amaro:

O golpe militar, ele acontece no contexto da guerra fria conflito entre Estados Unidos e União Soviética, essa guerra fria acontece depois da segunda guerra mundial e a disputa era para ver quem tinha maior liderança no mundo. Na época se o bloco socialista liderado pelas, republicas socialistas soviéticas, (URSS) ou bloco tido democrático capitalista liderado pelos Estados Unidos, evidentemente que essa disputa se a glotizou e aqui na América, ela se torna muito mais nítida com a chegada ao poder do grupo de Fidel Castro que ainda hoje permanece lá na ilha a frente do governo Cubano, o propósito de cuba era exportar o “ideal militar” ou ideal de esquerda para outros países da América Latina, ou da América do Sul do modo geral bem nesse contexto, os Estados Unidos começaram a intervir na política dentro dos países tentando indicar pessoas, que fossem assim afeitas ou simpatizantes dos Estados Unidos até enquanto isso foi possível essa intervenção foi feita de diversas maneiras sem contudo apelar para a força, mais, ai cresceu o movimento das ideais cubanas, então os Estados Unidos estimulou os militares que fizessem cursos e treinamentos nas academias norte americanas e as esses militares voltava totalmente imbuídos de

que bom mesmo para a América Latina para a América do sul, era está ao lado dos Estados Unidos, então essa gente era estimulada a participar da vida política dos países e só foi possível com a instalação dos militares no poder em diversos países como exemplo: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Chile algum tempo depois, então é nesse contexto aí de nível internacional que acontece o golpe militar é claro que havia as razões internas como: a pobreza, a fome e o analfabetismo muito grande dentro do continente americano, tanto é que o governo do presidente Kennedy até tentou mudar um pouco essa realidade, a partir da aliança para o progresso.

O fator ideológico passa a ser central na contextualização da política desenvolvida pelos militares durante a ditadura. As ações buscam assegurar parâmetros defendidos e apontados como importante no combate ao grande inimigo do capitalismo, ou seja, o desenvolvimento e crescimento do socialismo. Esse fato provoca o endurecimento das forças reacionárias, que intensificam suas coligações, para impedir a propagação e tentar conter esse aumento, tomando as providências para que a ideologia comunista não prolifere (ALVES, 2012).

Os grandes expoentes da Guerra Fria, União Soviética e Estados Unidos, procuraram a difusão mundial de suas ideias. Nesse período, conforme grande parcela dos especialistas sobre o assunto, os grupos políticos alinhados com a ideologia capitalista defendida pelos Estados Unidos buscam utilizar a intervenção maciça no Brasil, demonstrando assim para os indivíduos que o socialismo/comunismo é a desordem total do país. Destarte, a direita dissemina a ideia da precisão do bloqueio desse ideal como relatou o professor Chagas Amaro.

Trazendo do contexto internacional citado acima para realidade local, a cidade de Cajazeiras registra vários episódios dessa disputa entre direita e esquerda, como relata o professor José Antônio de Albuquerque.

Uma bela manhã, às vésperas do dia sete setembro, os muros e as paredes de várias casas da Avenida Padre Rolim, por onde deveria passar o desfile cívico de Sete de Setembro, amanheceram todas “pichadas” com palavras de ordem: “abaixo a ditadura”, “fora os milicos”, etc. este fato causou um espanto e o representante das forças armadas, em Cajazeiras, Tenente Barbosa, muito embora, tenha feito muitas diligências, nunca foi descoberto o autor e a partir de então a vigilância foi intensificada para descobrir este núcleo “comunista” que existia na cidade.

Outro episódio, noticiado até em nível nacional, e que, ainda hoje, é pouco conhecido das gerações que sucedem a tragédia, é o atentado a bomba em um cinema de Cajazeiras – PB, durante a ditadura militar. Esse fato ocorre no dia 2 de julho de 1975 como lembra o ex-vereador Severino Dantas:

O alvo, dom Zacarias Rolim de Moura, bispo conservador da Diocese de Cajazeiras, escapou porque tinha viajado ao Recife. A história é contada, mas o mistério não se revela. Quem quis matar dom Zacarias? Auge do regime militar, a ditadura iria enfrentar, nos seis anos seguintes, a linha-dura contrária à redemocratização.

Já o professor Chagas Amaro relata uma versão diferentes sem muitos problemas.

Em nível de Cajazeiras, a ditadura militar, o golpe militar aconteceu sem maiores problemas, Ex- prefeito de Cajazeiras, Chico Rolim dá um depoimento interessante no livro dele “Do miolo do sertão” ele conta como acompanhou o golpe militar, como as outras pessoas acompanhou o golpe militar, acompanhando as emissoras do sul e sudeste do país principalmente São Paulo e Rio, havia aqui alguns simpatizantes, de esquerda aqui em Cajazeiras, mais esse pessoal não tinha um nível de organização muito forte, era simpatizante faziam leituras de obras marxistas, mais eram movimento na verdade muito pequeno de forma que não aconteceu maior reação aqui em Cajazeiras contra o golpe militar, até porque o próprio governador da Paraíba Pedro Gondim ele ficou também meio que em cima do muro tanto é que depois tentou caindo em desgraça sendo cassado depois do ato institucional N-5 exatamente por causa do titubeio, ele titubeou na época entre ficar a favor do golpe ou contra o João Goulart ele chegou a dá declaração a favor da manutenção da ordem constitucional teria desagradado os militares.

Percebe-se que no Brasil o regime militar foi reflexo da luta de ideologias, buscando fortalecer a chamada direita, usando vários meios para esse fato. Um deles é a margem do desenvolvimento e segurança do país, usando o discurso que essa política traria o crescimento e segurança do Brasil com mais proteção à nação.

Desta forma, o comunismo torna-se incômodo para a direita, partindo da visão de que o mesmo pode desestruturar o capitalismo, derrubando assim as classes e instalando um sistema adverso. Assim, a direita manifesta-se para impossibilitar o desenvolvimento do comunismo, buscando alicerces para fortificar e estabelecer-se no poder. Ou seja, alguns políticos viam no regime militar a possibilidade de permanência da direita e oposição ao comunismo.

4.1 BALANÇO DOS MORTOS NOS CONFLITOS ENVOLVENDO A DITADURA

Com os atos institucionais percebe-se que a caracterização do regime militar se torna mais impetuosa, constituindo-se estes em essencial elemento de consolidação da ditadura militar. Entretanto Priori et al., (2012) destaca que, no interior das forças armadas registram-se focos de oposição a ações de repressão violenta, sobretudo, a tortura a presos políticos. Ou seja, não são todos os militares que demonstram satisfação com tal atuação.

Esse fato suscita desarticulações nos próprios idealizadores do golpe. Mas, a forte estrutura da ditadura impossibilita qualquer questionamento mais consequente. As regras são evidentes. A disciplina torna-se um fundamento para a permanência do regime. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente (ALVES, 2012).

Portanto, a disciplina é um mediador para conseguir mais forças no regime, por isso todos da força armada devem aceitar as imposições estabelecidas. Nesse contexto, o poder é instituído como dominação. A disciplina é instituída como um mecanismo competente, fazendo os indivíduos obedecerem às leis. Desta forma, acarreta uma estrutura de permanência no poder, como mostra o professor Chagas Amaro.

A Comissão Nacional da Verdade chegou há um número de mortos e desaparecidos um pouco inferior a 500. A bem da verdade que entre mortos e desaparecidos foi menor que em outros países a exemplo: A Argentina do que no Chile proporcionalmente do que no Uruguai. A ditadura brasileira ela é interessante ela se camuflou em democracia tanto é que houve alternância de poder é claro dentro do mesmo grupo militar mais nós tínhamos eleições indiretas regulares aqui no Brasil. Diferentemente de alguns países vizinhos que tiveram realmente a figura de um ditador ou de uma junta militar que permaneceu durante muito tempo a frente do poder político, aqui no Brasil procurava-se dar uma capa de democracia tendo essa alternância de nomes do mesmo grupo, durante o período militar, nós tivemos o governo de Castelo, Costa e Silva e Costa não chegou ao final porque morreu inclusive impediram o vice de assumir mais aí veio o governo Médici depois o governo Geisel, o Governo Figueiredo, Sempre havendo alternância de poder dentro do próprio grupo, era pensamento político da época.

As atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2014), desde sua instalação até a apresentação do Relatório, orientam-se pelos objetivos e pelas diretrizes definidos na Lei no 12.528/2011, que a institui. Ao longo desse período, a CNV busca atender à finalidade estabelecida no artigo 1º da lei de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (BRASIL, 2014).

O período histórico a que se refere, da ditadura militar instalada em 1964, segundo Tamas (2009) é associado a um cenário de violações massivas e sistemáticas de direitos humanos, onde os opositores políticos do regime ditatorial e todos aqueles que, de alguma forma, são notados por este como os seus inimigos, são perseguidos de formas diferentes. Os exemplos são muitos: cassação de cargos públicos; de mandatos eletivos, censura e outras restrições à liberdade de comunicação e expressão, punições relativas ao exercício da atividade profissional (transferências, perda de comissões, afastamento, demissões), exclusão de instituições de ensino. Uma lista de quatro condutas, às quais deve ser concedido tratamento especial em razão de sua gravidade: tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver (BRASIL, 2014).

A esse respeito, assim se expressa Severino Dantas.

Tendo em vista esse resgate que não foi feito ainda em outros países da América Latina já foi feito em grande parte e os torturados e ditadores já foram todos punidos alguns já moram no cárcere, a comissão da verdade o que percebemos que ela tem sido sabotada por todo lado impedida de fazer as revelações, muitos dos mortos que permanecem sem ter sido identificado os cadáveres seus paradeiros que são muitos de tal forma que isso é uma luta que ainda continua porque a direita muitas vezes

quer jogar para cima do movimento da anistia como um movimento revanchismo mais não é e sim de conhecer a verdade da História para que não se repita nunca mais o que a gente viveu e atravessou durante a ditadura militar aquele movimento as consequências de tortura e violência que foram praticados naquela época tem que ter o sentido hoje quando levantamos essa questão da comissão da verdade o sentido é conhecer para que não volte mais a acontecer aquilo que ocorreu durante 1964 e até a plena redemocratização a partir 1988 com o surgimento da nova constituição.

A Comissão Nacional da Verdade (2014) confirma, no seu Relatório, a existência de 434 desaparecimentos e mortes de vítimas da ditadura militar. Entre essas pessoas cerca de 210 são desaparecidas. Esse documento traz a comprovação de ocorrências de graves violações de direitos humanos (BRASIL, 2014). Essa comprovação é da apuração dos fatos que se encontram descritos detalhadamente no Relatório, nos quais está configurada perfeitamente a prática sistemática de tortura, detenções arbitrárias e ilegais, assim como ocultação de cadáveres, o cometimento de execuções e desaparecimentos forçados por agentes do Estado Brasileiro (SCARPARO; TORRES; ECKER, 2014).

Nesse sentindo, observa-se abaixo o relato Francisco Alves Cardoso, sobre o pior momento vivido na época da ditadura.

Éramos quatorze companheiros do sindicalismo rural, presos no dia 31 de março, em João Pessoa. O único alimento que havia no quarto do comando policial era um pote d'água com um caneco de alumínio. Dois policiais fizeram a relação dos presos do nosso quarto, e logo em seguida iniciaram uma chamada. Dois homens do exército apareciam chamando de um em um, e em seguida surgia outro policial e dizia da grade: "Aquele já morreu, o próximo vai ser chamado". Ou então: "Aquele companheiro de vocês já foi levado para a Ilha de Fernando de Noronha. Aguardem o próximo chamado.

Assim, Zanini (2007) destaca que, em 1968, após a implantação do Ato Institucional Nº 5, a sociedade brasileira se ve numa situação de unilateralidade causada por quem detinha o poder. Era a época dos chamados "anos de chumbo", quando a imprensa é impedida praticamente de exercer o que lhe é designado teoricamente que é narrar com imparcialidade e precisão os fatos.

Os profissionais da comunicação, assim como a classe artística, passam por um período de severa repressão que deixa uma cicatriz profunda, onde todos trabalham anos com uma mordaza, imposta pelo autoritarismo. Devido à rigidez, alguns jornalistas criam publicações alternativas que os permitem ser sinceros com os leitores, sem manipular o conteúdo como mostra o professor José Antônio de Albuquerque.

Cada órgão da chamada grande imprensa falou e ainda fala da Revolução, conforme os seus interesses. Os grandes beneficiados falam baixinho, ouvindo normas e dizendo escândalos, inverdades, de acordo com os contratos do governo dominante. Houve, sim, perseguição à imprensa, como ontem, hoje e amanhã, de acordo com os interesses dos governos.

Trazendo para realidade local as memórias do professor Chagas Amaro destacam que,

Aqui em Cajazeiras nós tivemos alguma reação do movimento estudantil eu me lembro, por exemplo: de um programa que o governo americano tinha em convenio com o governo brasileiro “método zaine” uma agência americana voltada para a educação e esse programa trouxe para o Brasil a cruzada ABC que foi uma tentativa de minuir o número de analfabeto, a cruzada abc tinha uma propaganda interessante me lembro que um dia da cidade ou um sete de setembro a cruzada ornamentava a frente da prefeitura com bandeirolas da cruzada abc e nas cruzadas abc estava a bandeira americana pequena, e ao lado a bandeira do Brasil, então isso era uma afronta para muita gente o pessoal questionava por ser uma afronta a soberania militar, o pessoal proporcionou um rasgar, rasga nessas bandeiras repudiando a colocação naquele local, contra a influência americana esse desfile ocasionou muitos problemas, a reação da estudantada naquele ato cívico, essa matéria foi vinculada a um jornal do Recife tendo como entrevistado Edivaldo Nunes da Silva, Vulgo Cajá natural de Serra grande vale do Piancó iniciou a vida estudantil aqui e foi depois para o Recife, trabalhou com Dom Elder Câmara, era militante de esquerda, alguns outros militantes na verdade terminaram evitando confronto a ditadura metia muito medo, o pessoal não estava disposto a se sacrificar ou ir para prisão, e o movimento estudantil reagiu aqui na medida do possível a gente chegou a editar um jornal mimeografado o tribuna popular teve vários exemplares desse jornal ele era rodado mimeografo do colégio estadual de Cajazeiras o Tenente Barbosa no TG 07011 ele amigo de todo mundo, ele procurou o grupo discutiu com o grupo que para o jornal continuar circulando era preciso o jornal sofrer uma censura prévia era preciso conhecer com antecedência o que iria ser publicado pelo jornal então, ele sugeriu um nome de uma figura que também era conhecido de todo mundo o famoso Miguel Vasconcelos de Arruda, pai de um Radialista Seu Vasconcelos pai de Arruda Neto, Arruda Sobrinho que ainda hoje é proprietário de uma emissora em Lavras da Mangabeira, era que fazia a censura desse jornal aconselhava diminuía um pouco a veemência. E a gente aceitou por respeito que a gente tinha a seu Arruda. A gente aceitou, e o mais a gente se reunia algumas vezes nos domingos à tarde as escondidas para fazer alguma leitura marxista do que era possível na época foi assim que o movimento estudantil cajazeirense reagiu.

Apesar do caráter histórico, as falas mostram que os jornalistas desenvolvem táticas para ter suas matérias aprovadas. Isso faz com que os jornalistas busquem um vocabulário mais elaborado tentando burlar os censores, ultimando o humor como alternativa ao quadro repressor do momento.

Como o interesse da grande imprensa durante a repressão dos anos 70 é sobreviver enquanto empresa, há a necessidade de publicações paralelas. Com um foco descomprometido, a imprensa alternativa preenche essa lacuna. Pegando carona nessa tendência.

4.2 A DITADURA NA ATUALIDADE

Após mais de 50 anos do Golpe que instaura a ditadura militar, os resquícios da época são ainda pauta de discussões e revisão acerca das heranças políticas, sociais, econômicas e institucionais do regime ditatorial. Vale ressaltar que o Brasil tem uma concentração grande de renda, isso consequência, na visão de Tragtenberg (2014), do

achatamento salarial e de políticas econômicas da ditadura, permanecendo assim um Estado de desigualdade econômica, social e política.

Nessa perspectiva destaca-se a fala do ex-vereador Severino Dantas acerca de como os resquícios da ditadura sobrevivem hoje.

A ditadura sobre vive a partir de atitudes autoritárias, nos dias de hoje assistimos muitos movimentos da direita onde prevalece aquele sentimento de autoritarismo de limitar a democracia de implantar um governo que venha acima de tudo reprimir os movimentos populares, a ditadura tem resquícios em vários setores inclusive dentro das próprias forças armadas não há a liberdade de investigar todo aquele período de repressão de tortura de companheiros que foram assassinados ainda hoje existe ainda uma for resistência para que se investigue enquanto a América Latina, Argentina, Chile, Uruguai, os ditadores torturadores foram punidos aqui no Brasil permanece intacto ou intocável os que praticaram a tortura a violência contra os lutadores da chamada luta democrática que terminou com correntes que organizou a resistência a luta armada os mesmo resistente tinha uma percepção que seria através dos sindicatos entidades de classe que seriam campeã dos espaços democráticos brasileiro e a derrota da ditadura, existe ainda hoje muitas viúvas do saudosismos do tempo da ditadura, nós não queremos já mais o retorno da ditadura como visto nessas manifestações recentes, de 2013, 2014 e 2015 que apelam para a reinstalação do governo de direita repressivo, permanece essa herança dos tempos ditatoriais nos quais a gente tem que combater, sabemos que essas atitudes correspondem ao interesses de um setor conservador da sociedade, tratam de impor a sua política integrismo de privatizações de tolher a ampliação da democracia, vem ser já profundas mudanças no país.

Segundo Tragtenberg (2014), os inúmeros entulhos deixados pelo regime militar mostram que a atual situação não está longe da situação ocorrida na ditadura. Para o autor, fazendo um balanço das consequências, o país não teve uma transição efetiva da ditadura para democracia. A tortura aumentou após a ditadura militar, entretanto, hoje os alvos, são os jovens negros, da periferia geralmente, que são detidos por serem apenas suspeitos aos olhos dos policiais. E em caso de crime cometido, a legislação preceitua que seja apreendido o infrator, mas não relata em lugar algum que o mesmo precise apanhar antes de entrar na viatura ou que precise ser torturado.

Entre outros entulhos deixados, Gomes (2011) relata a Lei de Segurança Nacional, que é usada para repressão aos atuais movimentos sociais. A grande mídia, resultante também do período, tenta hoje reescrever a história, tirando a sua responsabilidade que, em diversos momentos, foi determinante para o sucesso da ditadura. Corroborando com essa avaliação Lima (2011) relata que os sujeitos que discursam que *a ditadura era boa, pois não havia violência*, não sabem da real história.

O professor Chagas Amaro destaca que:

Resquícios da ditadura sobrevivem ainda hoje, é claro que hoje nós vivemos um período democrático alias a história do Brasil, segundo Golbery do Couto e Silva, que foi um dos ideólogos do Regime o mesmo fala que o regime político aqui no Brasil teria que sobre viver entre períodos de abertura com períodos de fechamento, parecido com o movimento do coração “sístole e diástole”. Segundo Golbery, seria a

partir daí que estava assentada a continuação assim do regime nós tivemos durante a república velha um período tido como democrático pelo menos do ponto de vista da democracia representativa é claro que a primeira fase da história republicana nós temos o predomínio das oligarquias, temos o voto restrito para muitas pessoas, assim de 1946 a 1964 nós temos um república na medida do possível democrática denominada populista, de 1964 até 1985 novo período de fechamento e agora nós estamos vivendo um período mais longo do ponto de vista de uma democracia representativa, no Brasil.

Assim, é preciso refletir sobre o significado da herança e das consequências que a ditadura, enquanto fato político, deixa na sociedade brasileira. Como fala Lima (2011), é preciso, primeiramente, combater e refutar uma leitura acerca desse período realizada por setores conservadores, para quem a Ditadura brasileira é “menos pior” do que as outras ditaduras da América Latina.

Por outro lado, Teles e Safatle (2010) argumentam que a violência da ditadura não apenas se mede pela quantidade dos mortos deixados, mas pelas marcas que a mesma deixa no presente. Por isso, a ditadura brasileira é a mais violenta ditadura que o ciclo negro latino-americano conhece.

Destarte, as falas abaixo mostram como encontramos os resquícios do regime militar na nossa atual estrutura jurídica, nas práticas políticas, na literatura, na violência institucionalizada e em outras esferas da vida social brasileira.

Alguma coisa ainda permanece ligada a ditadura militar, mais esse período de abertura na verdade é um período tem sido amplo, não acho que tenhamos uma violência institucionalizada nós um quadro de violência muito grande no Brasil na atualidade, mas isso não significa que essa violência seja institucionalizada, isso não significa que a violência esteja enraizada na constituição de forma institucionalizada ou dentro de algum instrumento constitucional. Na literatura, temos uma literatura em baixa é claro que a literatura no período da ditadura militar foi muito forte a produção literária produziu bastante e durante a democracia está muito devagar a renovação foi muito pequena os nomes que nós temos hoje na literatura na música são nomes ainda oriundos da ditadura militar depois disso não progrediu como deveria. Em outras esferas da vida social brasileira? Não vejo como eu acho que o Brasil vive um momento democrático e a gente tem que lutar pela manutenção da democracia dessa ordem vigente sempre procurando melhorar sobre tudo nas condições sociais do povo brasileiro (Chagas Amaro).

Segundo Kehl (2010), a ditadura produz sequelas que são sentidas até hoje pelo povo brasileiro, sobretudo pelos mais pobres, pelos moradores de periferias e pelos negros, em quem recai a repressão de uma das polícias mais violentas do mundo. A propósito, diversos estudos apontam que a polícia brasileira é a única da América Latina que comete mais crimes de tortura e homicídios na atualidade do que durante o período da ditadura militar.

Segundo a autora acima mencionada, a polícia herda muitas das práticas da ditadura, mostrando ao país uma brutalidade policial e a violação de direitos humanos

elementares que são uma constante no nosso regime democrático, como expressa o ex-vereador Severino Dantas.

Particularmente a questão a gente ver a manifestação ditatorial no campo da literatura existe uma estagnação não se produz com durante o regime militar é nesse sistema que presenciamos as formas ditatoriais, eu veja ai uma estrutura conservadora ligada aos interesses mais reacionários mais de direita ela se encontra em grande parte na justiça, setor que tem contribuído muito com atividades autoritárias no campo da música atual percebemos essa falta de conteúdo essa alienação que ai são os meios empresarias que trabalha nesse setor da música, da cultura, que tentam e conseguem disseminar toda uma pratica alienante que não refletem a situação hoje de mudança nos movimentos populares não respondem a esse sentimento que diferentemente durante a ditadura exerceu um papel muito forte e importante, que foi levar a compreensão teórica e social, o engajamento nas lutas dos movimentos populares que continuam hoje aquele período que são os filhos os herdeiros daqueles movimentos de 1964, quando o movimento camponês que hoje corresponde a MST o movimento pela moradia todos eles não tem o respaldo na música e em outros aspectos da cultura, e portanto e isso contribui muito para uma certa estagnação e não haver uma produção de conhecimento de estímulo as lutas ao sentimento humano é isso que vejo como herança daquele período.

Para Lima (2011), a herança da ditadura também é refletida dentro das escolas, onde o jovem com pouco incentivo ao pensamento crítico, enfrentará no futuro dificuldades de ter um posicionamento político, por não entender, o que isto representa, onde muitos se encontram alienados acerca das questões atuais, ou adotam um pensamento favorável à ideia de um novo regime militar, compreendendo muito pouco do contexto histórico.

Outro aspecto levantado na pesquisa foi acerca do que a ditadura deixa de mais patente nos dias de hoje, como destaca a fala de ex-vereador Severino Dantas.

Ficaram as manifestações as articulações movimentos organizados e a imprensa mais aberta, ainda é presente muitas injustiça, tortura sendo cometida no atual regime democrático nas prisões tudo isso herança da ditadura militar, na sociedade quando clamam pela voltar das forças armadas para a retirado do atual governo de esquerda do partido dos trabalhadores nesse momento de dificuldade que enfrenta o governo mais hoje vivemos uma situação totalmente diferente 1964, o país cresceu progrediu somos sétima economia mundial, outro ponto são os meios de comunicações que ainda são controlados pela grande burguesia mais hoje possuem novos métodos de si fazer imprensa como as redes sociais a internet que permite a contestação de implantar uma ditadura através de ideias única. Apesar de os jornais as tvs, rádios, são controlados pelos barões, temos as mídias populares expressões através da internet, tudo isso torna bem diferente essa situação atual de 1964.

Assim, Severino Dantas corrobora com os autores Safatle e Teles (2010) e Lima (2011) acerca da repressão que recai sobre as pessoas mais carentes. Dentre os pontos positivos e negativos da ditadura, ele destaca.

Positivo não há o que apontar porque a repressão contra os direitos humanos contra os movimentos democráticos os militantes os ativistas da democracia eu não considero que aja nem uma positividade durante o regime militar. Negativo eram pessoas que anoitecia e não amanhecia torturas prisões massacres, o triunfo militar ocorreu prometendo a democracia a reforma agraria que de certa forma positivo (entrevistado, 4).

Ao falar sobre os pontos positivos ditadura militar Severino Dantas logo se lembra da repressão que ocorre com os opositores. Mas, segundo Hobsbawm (1995), a ditadura também promove um grande crescimento econômico no país, pois há grandes reformas estruturais, transformações no sistema tributário, financeiro, trabalhista e previdenciário que auxiliam, de forma decisiva, no controle inflacionário, na organização do sistema financeiro e no ajuste das contas públicas.

Mas nem todos são beneficiados com essas reformas. Na visão de Scandellai (2010), apenas as elites e os grupos dominantes são contemplados, pois a classe trabalhadora não ganha praticamente nada com esta forma de governo. Mesmo com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), a concentração de renda continua alta e, consequentemente, não há melhoria na distribuição de renda. Mas, mesmo havendo avanço no processo de industrialização no país, o descontrole inflacionário e a dívida externa crescem assustadoramente.

Com isso, pode-se inferir que aspectos positivos da ditadura se anulam com os aspectos negativos do governo repressor. Assim, as principais características positivas são: crescimento do PIB, melhoria na infraestrutura do país, aumento do nível de emprego proporcionado pelos investimentos nos setores de indústria e infraestrutura, desenvolvimento industrial significativo pelos investimentos nos setores de siderurgia e geração de eletricidade. Dentre os aspectos negativos Leite (2006) destaca: a inflação elevada, quando, no período, a inflação fica na casa dos 20% ao ano, o aumento da dívida pública, pois foi principalmente bancado o desenvolvimento econômico com diversos empréstimos no exterior.

Colaborando Sikorski (2010) relata que essa dívida prejudica, nos anos futuros, o desenvolvimento do Brasil, pois cria uma dependência em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), além de comprometer significativa fatia do orçamento. E, embora a economia tenha crescido consideravelmente, não há distribuição de renda e, assim aumenta ainda mais as desigualdades sociais com crescimento da concentração da renda nas mãos dos mais favorecidos.

Com a crise mundial provocada pelo choque do petróleo, diretamente afeta a economia brasileira. A balança comercial brasileira fica com déficit elevado acarretando preços exorbitantes da importação de petróleo. Assim dá-se o fim do governo da ditadura militar culminando com hiperinflação e paralisia da máquina estatal.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente livro buscou realizar uma investigação a respeito das principais características sobre a ditadura militar no Brasil. Assim vale reforçar que a ditadura militar é um processo marcante na história do país que afeta todas as camadas sociais brasileiras. Muitas pessoas têm, irreversivelmente, suas vidas modificadas por conta da sua participação, seja contra ou a favor da ditadura.

O cruzamento das várias memórias permite refletir acerca dos pontos cruciais que se analisa no decorrer desse estudo, e que traz uma melhor compreensão do Brasil na ditadura e a influência da mesma nos dias de hoje. Podem-se inferir as experiências vividas e conclusões que os entrevistados têm sobre os fatos ocorridos. Consequentemente, as narrativas dos entrevistados tornam-se dinâmicas, e a trajetória de vida recuperada ganha vitalidade na fala de quem viveu. Por outro lado, o confronto do conteúdo dos diferentes entrevistados produz um diálogo, que recria a trajetória, onde esta pode ser fortalecida e reconstruída por cada sujeito.

Neste contexto, histórias e dramas individuais ganham sentido, revelando muitos dos aspectos obscuros da repressão. Destaca-se a priori o surgimento da ditadura na visão dos entrevistados onde há uma divisão em dois blocos, Estados Unidos e União Soviética, onde existe um debate de ideias, lembrando que esta disseminação das ideologias políticas do socialismo era evidente, causando várias divergências, estando de um lado o capitalismo e do outro o socialismo, em ideologias divergentes, tentando expandir as suas formas de visão de mundo.

No segundo momento, o consenso negou o caráter público à memória de atos violentos do Estado, que se viu reduzida à memória privada, à memória de indivíduos, não incluídos entre os protagonistas do pacto político. Ainda nos dias de hoje, a democracia é fortemente marcada pela herança autoritária presente em execuções e torturas, no ocultamento dessas práticas e permanência de instituições antidemocráticas e determinadas leis. Assim a transformação do hoje depende do conhecimento do reconhecimento do passado e de como essa herança manifesta-se e como a mesma é avaliada.

Entretanto, os entrevistados destacam o trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade, que busca examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas nesse período, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Até hoje os resquícios da época da ditadura militar são pauta de discussões acerca das heranças do regime ditatorial, onde os inúmeros entulhos deixados mostram que a atual situação não está longe da situação ocorrida na ditadura. A tortura aumenta após a ditadura militar e hoje os alvos, são jovens negros, da periferia geralmente.

Assim, a ditadura militar tem ainda muito a ser estudada, pois é um tema muito delicado e que poucos falam. Mas é imprescindível que se trabalhe com a memória dos que viveram e estão dispostos a contribuir para ajudar no entendimento dos fatos mais importantes para a compreensão da sociedade. A história terá a agradecer muito a estes e os possíveis historiadores do futuro terão possibilidades novas de pesquisas acerca do nosso país e da sua sociedade.

Espera-se que este estudo, a partir da disseminação dos relatos de memórias pessoais e históricas, contribua para a construção, reconstrução da memória dos anos da ditadura. Além do mais, através do conteúdo das narrativas dos entrevistados, com as suas lembranças e reconstrução da trajetória de vida, destaca-se a possibilidade de se tentar resgatar parte do repertório sociocultural daquele período em Cajazeiras – PB, contribuindo assim para a construção de um período histórico pouco contado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, P. J. N. Os diferentes discursos e ideologias sobre o Regime Militar (1964 a 1968). **Revista Visão Acadêmica**; ISSN 2177 7276. Universidade Estadual de Goiás; os diferentes discursos e ideologias sobre o Regime Militar. Edição Monografias: abril de 2012.
- ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C.; SOARES, G. A. D. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARAÚJO, M. P. N. **A ditadura militar em tempo de transição**. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.) Democracia e ditadura no Brasil. Coleção Comenius. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014.
- CACASO, F. P. **A democracia passa pela discussão do pluralismo cultural**. Folha de S. Paulo, São Paulo, Folhetim Brasil, p. 6-9, 5 abr. 1981.
- CALABRE, Lia (Org). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. CARPEAUX, Otto M. (1973). Arte e sobrevivência. Opinião, Rio de Janeiro, n. 9, p. 6, 1 a 8 jan. 2015.
- CANCIAN, R. **Governo Jânio Quadros (1961) - Mandato polêmico de sete meses**. História do Brasil: Educação Uol, 2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-janio-quadros-1961-mandato-polemico-de-sete-meses.htm>. Acesso em junho de 2016.
- CIOTOLA, G. P. **A Era Vargas (da deposição, ao segundo governo (1951-1954))**. Brasil escola, 2010. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia-do-brasil/a-era-vargas-deposicao-ao-segundo-governo-19511954.htm>. Acesso em junho de 2016.
- CHIRIO, M. **A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70**. Militares e Política, n.º 6 (janeiro-junho 2010).
- COIMBRA, C. **Guardiões da ordem**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- CONTREIRAS, H. **Militares: confissões**. Histórias secretas do Brasil, Rio de Janeiro, Mauad, 1998.
- FÁVERO, M. de L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.
- FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p. ISBN 978-85-385-4240-7.
-

FIALHO, H. S. **O analfabeto e o direito restrito de sufrágio**. Jus brasil, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/41735/o-analfabeto-e-o-direito-restrito-de-sufragio>. Acesso em dezembro de 2016.

FICO, C. “**Versões e controvérsias sobre 1964 e o regime militar**”. Revista Brasileira de História, vol.24, nº47, São Paulo, julho de 2004.

FONSECA-SILVA, M. C. **Memória, mulher e política**: do governo das capitâneas à presidência da república, rompendo barreiras. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 183-208.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. ed. 6. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, B. M. **O serviço Nacional de Informações**: As visões dos Militares. Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de bacharel e licenciatura em História: Brasília, 2011.

GUIMARÃES, C. E. **A crise da ditadura**: a reação militar à abertura e o terrorismo de direita – O caso Riocentro como paradigma. Dissertação de Mestrado em sociologia política. São Carlos, UFSCar, 2000.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos**. Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 26 abril 2014.

KEHL, M. R. **Tortura e sintoma social**. Livro O que resta da Ditadura. Boitempo Editorial, 2010.

KINZO, M. D. G. **A Democratização Brasileira**: Um balanço do processo político desde a transição. São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001.

KOIFMAN, F. **Presidentes do Brasil (de Jânio a Lula) - Volume 2**. Editora Rio, 2002.

LAMEIRA, R. F. **O Golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul**: A ação política liberal-conservadora. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História: Porto Alegre, 2012.

LEITE, I. C. **Colina – Oposição Armada e Memórias do Regime Militar em Belo Horizonte (1967 – 1969)**. Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do grau de bacharel em História: Mariana, 2006.

LIMA, A. F. B. D'. A. **O movimento estudantil e a ditadura militar do Brasil**: a política educacional em pauta (1961-1968). Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Ciências Sociais: Rio de Janeiro, 2011.

LOMBROSO, P. **Aprendizado e Memória**. Rev. Bras. Psiquiatr. vol.26 no.3 São Paulo Sept. 2004.

LOPEZ, L. R. **Uma história do Brasil: Republica**. – São Paulo: Contexto, 1997. 134p.

MACARINI, J. P. Governo Geisel: Transição político-econômica? Um ensaio de revisão. **Rev. econ. Contemp**, v. 15, n.1, Rio de Janeiro Jan./ Apr. 2011.

MACHADO, A. **Os anos de chumbo - Mídia poética e ideologia no período de resistência ao autoritarismo militar (1968-1985)**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDRONHO, R. A. (edit.) et al. **Epidemiologia**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

NAVES, S. C. **Da Bossa Nova à Tropicália**. Editora: Zahar, 2001.

MEYER-PFLUG, S. R. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PILAGALLO, O. **A história do Brasil no século XX (1940-1960)**. São Paulo: Publifolha, 2003.

PRIORI, A.; et al. **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 199-213. ISBN 978-85- 7628-587-8.

RÉ, F. M. Estados Unidos e América Hispânica: espelhos para uma jovem República. **Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política**, n. 3, p. 222-271, 2011.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, n. 1, p. 383-387, mai. 2012.

SARLO, B. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCANDELAI, A. L. de O. **Participação social e contestação política no período da ditadura militar brasileira**. Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Belo Horizonte, 2010.

SCARPARO, H. B. K.; TORRES, S.; ECKER, D. D. **Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado**. Rev. Epos vol.5 no.1 Rio de Janeiro jun. 2014.

SEABRA, G. **Pesquisa científica: o método em questão**. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 2009.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SIKORSKI, F. de O. **Os atos institucionais como instrumentos de recrudescimento da ditadura militar brasileira entre 1964 e 1968**. Monografia apresentada à disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História: Curitiba, 2010.
- SOPHIA, D. C. **As políticas de preservação do patrimônio na Arena Federal sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979)**. Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCTI Rio de Janeiro, novembro de 2015.
- SOUSA, R. G. **"General Medici"**. Brasil Escola, 2016. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/historiab/general-medici.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2016.
- TAMAS, E. **A tortura em questão: a disputa de memórias entre militares e militantes**; Tese (doutorado em História- Pontifica universidade Católica de São Paulo). São Paulo: 2009.
- TELES, E.; e SAFATLE, V. **O que resta da Ditadura**. Boitempo Editorial, 2010.
- TORO, J. B. **A construção do público: cidadania, democracia e participação**. – Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Brasil, 2005. 112p.
- TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. – Belo Horizonte: Autentica, 2007. 104p.
- TRAGTENBERG, M. **O entulho do regime militar e sua influência atual**. 50 Anos do Golpe. Jornalismo PUC – RIO, 2014. Disponível em: <http://agemt.org/?p=3908>. Acesso em maio de 2016.
- VICENTE, M. M. **História e comunicação na ordem internacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 214 p.
- ZANINI, G. R. M. **Jornal Pato Macho: O Humor como Antídoto ao Regime Militar**. Trabalho final de graduação apresentado ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo Área de Artes, Letras e Comunicação do Centro Universitário Franciscano, como requisito parcial para obtenção do grau de Jornalista – Bacharel em Jornalismo. Santa Maria, 2007.
-

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Golpe Militar 1964: memórias e celebrações de uma ditadura.

1. Quais as suas memórias sobre a ditadura militar?
 2. A Ditadura Sobre vive ainda hoje em dia na sua opinião?
 3. O que a ditadura deixou de mais patente nos dias de hoje?
 4. Como encontramos os resquícios do regime militar na nossa atual estrutura jurídica, nas práticas políticas, na literatura, na violência institucionalizada e em outras esferas da vida social brasileira?
 5. Qual é o atual balanço dos mortos nos conflitos envolvendo a ditadura?
 6. Na sua concepção quais foram os pontos positivos e negativos da ditadura militar de 1964?
-

SOBRE OS AUTORES

Hugo Figueiredo Moreira

Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande.

Michael Douglas Sousa Leite

Graduado em Administração – UFCG, Licenciado em Matemática pela Cruzeiro do Sul, Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Futura e Mestrando em Sistemas Agroindústrias – PPGSA/UFCG.

Vinícius Campos de França

Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas de Patos, Pós-graduando em Direito Público pela Faculdade LEGALE e Mestrando em Sistemas Agroindustriais - PPGSA/UFCG.

Sandra Maijane Soares de Belchior

Graduada em Ciências Econômicas – FIP, Pós-Graduada em Gestão Econômica e estratégias de Negócios – FIP e Mestranda em Sistemas Agroindústrias – PPGSA/UFCG.

Verônica Cristian Soares de Belchior

Graduada em Ciências Econômicas – FIP, Pós-Graduada em Ciências Políticas da Educação – FIP e Mestranda em Sistemas Agroindústrias – PPGSA/UFCG.

Wendell de Almeida Lacerda

Graduado em Administração – UEPB, MBA Auditoria Contábil – FIP, Especialista em Psicopedagogia – FIP e Mestre em Sistemas Agroindústrias – PPGSA/UFCG.

Laerte Ferreira de Moraes França

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – UFCG, Graduado em Geografia – UFCG, Pós-Graduado em Direito Administrativo pela Universidade Gama Filho e Mestrando em Sistemas Agroindústrias – PPGSA/UFCG.

Edjair Raimundo de Melo

Graduado em Ciências Naturais pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Mestrando em Sistemas Agroindustriais PPGSA/UFCG.

Rafael Eduardo Inacio do Nascimento

Bacharel em Ciências Contábeis – UFCG, Licenciando em Matemática – Unopar, Especialista em Direito Tributário – FIP, Mestre em Ciências da Educação – Absoulute Christian University e Mestrando em Sistemas Agroindustriais PPGSA/UFCG.

Júlia Marcia Lourenço de Almeida Martins Medeiros

Graduada Direito – UFCG, Especialista em Direito Administrativo - Gestão Pública – FIP e Mestre em Sistemas Agroindustriais PPGSA/UFCG.

Jardenia Mayara da Silva Nogueira

Licenciatura plena em Pedagogia – Uniseb-Coc, Graduanda em Artes visuais – UECE, Especialista em Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para Ensino Fundamental e Médio – UNILAB, Especialista em Gestão Pedagógica da Escola Básica – UECE e Mestranda em Sistemas Agroindustriais - PPGSA/UFCG.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América 16, 19, 25, 27, 28, 30, 34, 35, 36, 38, 41, 42, 50

B

Brasil 42, 48, 49

Brasileira 5, 12, 24, 25, 26, 28, 29, 35, 38, 39, 42, 44, 50, 51, 52

C

Comunista 16, 20, 26, 35, 36

D

Democracia 6, 9, 22, 30, 38, 41, 42, 43, 46, 48, 51

Ditadura 4, 9, 12, 13, 17, 19, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 30, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

E

Economia 16, 18, 24, 29, 43, 44

G

Golpe 12, 16, 19, 20, 21, 26, 30, 35, 36, 37

Governo 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 30, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 48, 49

M

Memórias 3, 7, 33, 35, 37, 39, 41, 43

Militar 4, 9, 12, 13, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

N

Nacional 12, 17, 20, 22, 27, 28, 38, 39, 41, 46, 48, 49

O

Oposição 17, 18, 20, 21, 30, 37

P

Política 17, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 35, 36, 37, 41, 49, 50

Políticos 12, 16, 17, 20, 22, 26, 27, 28, 30, 36, 37, 38, 50

Presidente 12, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 36

R

Regime 22, 29, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 46, 48, 49, 51, 52

Repressão 9, 12, 19, 21, 22, 26, 27, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48

T

Tortura 12, 21, 22, 24, 27, 28, 31, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 51



A stylized map of Brazil is shown in the background, with its state boundaries outlined in a light gray color. The map is set against a dark gray background that covers the bottom and right sides of the image. The title text is overlaid on the map.

GOLPE MILITAR

MEMÓRIAS DE UMA DITADURA

GOLPE MILITAR

MEMÓRIAS DE UMA DITADURA



Rfb
Editora